

PROCESSO:	00883-24/TCE-RO
UNIDADE JURISDICIONADA:	Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Espigão do Oeste - IPRAM
ASSUNTO:	Análise de aposentadoria para fins de registro.
ATO CONCESSÓRIO:	Decreto nº 5.546, de 10 de abril de 2023 (pág. 19 - ID 1551226), alterado pelo Decreto nº 5.592 de 16 de maio de 2023 (pág. 1 ID 1551230)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:	Art. 6º, incisos I, II, III, e IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.
DATA DA PUBLICAÇÃO DO ATO:	Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia - AROM n. 3450 de 11/04/2023 (pág. 17 - ID 1551226)
VALOR DO BENEFÍCIO:	R\$ 1.817,48 (pág. 5 - ID 1551229)
NOME DO SERVIDOR:	Elias Cassimiro do Carmo
MATRÍCULA:	400-1 (pág. 19 - ID 1551226)
CARGO:	Pedreiro, Nível I, Referência I, com carga horária de 40 horas semanais (pág. 14 - ID 1551150)
CPF:	XXX.335.702-XX (pág. 14 - ID 1551233)
REGIME JURÍDICO:	Estatutário (pág. 14 - ID 1551233)
DATA DE INGRESSO:	02.05.1991 (pág. 2 - 1551233)
DATA DE NASCIMENTO:	01.06.1961 (pág. 1 - ID 1551233)
SEXO:	Masculino (pág. 1 - ID 1551233)
ADMISSÃO POR CONCURSO:	Sim (pág. 2 - ID 1551233)
RELATOR:	Conselheiro Substituto Erivan Oliveira da Silva

RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA

1. Considerações iniciais.

Tratam os autos acerca da análise da legalidade de ato concessório de aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, concedida ao servidor **Elias Casimiro do Carmo**, conforme dados em epígrafe, encaminhado a esta Corte de Contas para fins de registro, em atenção ao disposto no artigo 71, inciso III da Constituição Federal de 1988.

2. O presente relatório resulta da competência estatuída no artigo 1º, inciso V, da Lei Complementar nº 154/1996 c/c artigo 3º inciso VIII, da Resolução Administrativa nº 005/1996 (Regimento Interno do TCE/RO) e tem por objetivo verificar se o ato que concedeu o benefício previdenciário atende os requisitos constitucionais e infraconstitucionais para concessão.

2. Dos documentos necessários para análise.

3. O artigo 2º, §1º e respectivos incisos da Instrução Normativa nº 50/2017 TCE/RO disciplina o envio dos documentos, que devem ser protocolizados nesse Tribunal de Contas. Nessa esteira, passa-se a aferir se os documentos constantes nos autos atendem ao disciplinado na norma, e são demonstrados conforme tabela abaixo:

Documento exigido e base normativa	Aferição
Ato concessório do benefício, ato de cancelamento ou ato retificador e seus respectivos comprovantes de publicação; (art. 2º, §1º, inciso I da IN nº 50/2017 TCERO)	✓ (pág. 19, ID 1551226)
Certidão de tempo de serviço/contribuição; (art. 2º, §1º, inciso II da IN nº 50/2017 TCERO)	✓ (pág. 9, ID 1551227)
Laudo médico oficial ou seu extrato, em que constem a natureza da moléstia grave, contagiosa ou incurável especificada em lei, ou que a invalidez foi motivada por moléstia profissional ou acidente em serviço, a data da inspeção, CID, CRM, assinatura da junta médica ou do médico perito e indicação se os proventos serão integrais ou proporcionais; (art. 2º, §1º, inciso III da IN nº 50/2017 TCERO)	NA
Demonstrativo de pagamento relativo à última remuneração percebida e ao primeiro benefício de aposentadoria (art. 2º, §1º, inciso V da IN nº 50/2017 TCERO)	✓ (pág. 30, ID 1551228 e pág. 12, ID 1551229)
Avaliação médica e funcional, na hipótese de concessão de aposentadoria especial a servidor público portadora de deficiência; (art. 2º, §1º, inciso IX da IN nº 50/2017 TCERO)	NA
Na hipótese de concessão de aposentadoria especial a servidor público que exerce atividades sob condições especiais prejudiciais à saúde ou à integridade física:	NA
Formulário de informações sobre atividades exercidas em condições especiais (perfil profissiográfico previdenciário - PPP); (art. 2º, §1º, inciso X, alínea “a” da IN nº 50/2017 TCERO)	NA
Laudo técnico de condições ambientais do trabalho (LTCAT) ou outro documento hábil a substituí-lo; (art. 2º, §1º, inciso X, alínea “b” da IN nº 50/2017 TCERO)	NA
Parecer da perícia médica; (art. 2º, §1º, inciso X, alínea “c” da IN nº 50/2017 TCERO)	NA
Termo de opção da servidora pela regra de aposentadoria voluntária que melhor lhe convier quando preencher mais de uma regra de inativação (art. 2º, §1º, inciso XI da	NA

IN nº 50/2017 TCERO)	
Na aposentadoria de professores, documentação que comprove o tempo de efetivo exercício exclusivo no magistério (educação infantil, ensino fundamental e médio), ou nas funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico em estabelecimentos de ensino básico (ADI n. 3.772/DF), para obter a redução de 5 (cinco) anos nos requisitos de idade e de tempo de contribuição, na forma do art. 40, §5º, da Constituição da República Federativa do Brasil. (art. 2º, §1º, inciso XII da IN nº 50/2017 TCERO)	NA

(✓) Confere (X) Não confere (NA) Não aplicável

4. Diante do exposto, constatou-se o envio de todos os documentos exigidos pela Instrução Normativa nº 50/2017 TCE/RO.

3. Análise técnica.

3.1 Da fundamentação legal do ato.

5. O ato concessório em análise concedeu o benefício com fundamento no art. 6º, incisos I, II, III, e IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, que trata da aposentadoria especial de professor, o qual garante proventos integrais e paritários, calculados com base na última remuneração contributiva do cargo em que se deu a aposentadoria para os servidores que tenham ingressado no serviço público até a data de vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003 (19.12.2003) e proventos integrais, calculados com base na média aritmética, sem paridade para aqueles que tenham ingressado depois da vigência da EC nº 41/2003 e tem como requisitos:

- 60 (sessenta) anos de idade se homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade se mulher;
- 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem, e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher;
- 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público;
- 10 (dez) anos de efetivo exercício na carreira;
- 5 (cinco) anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.,

6. Entretanto, após a análise dos autos esta unidade técnica detectou inconsistência entre o Requerimento de Aposentadoria Voluntária por tempo de contribuição e idade (pág. 1 – ID 1551226) que mostra que o servidor optou expressamente pela concessão da regra do Art. 40, §1, inciso III, alínea “a”, da Constituição e o Ato Concessório Decreto Nº 5.546, de 10 de abril de 2023(pág. 19 – ID

1551226) concedeu a aposentadoria com a fundamentação no Art. 6º, incisos I, II, III, e IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

7. Cumpre destacar, que essa unidade técnica utiliza ferramenta contratada por essa Corte de Contas, denominada SICAP WEB, por meio de onde são calculados os períodos de tempo de serviço/contribuição, bem como parametrizados os demais requisitos.

3.1.1. Do tempo de serviço/contribuição.

8. Como exposto, objetivando identificar se o período computado pelo órgão concedente de fato atinge o requisitado pela regra de aposentadoria, essa unidade técnica aferiu os períodos de tempo de serviço/contribuição apurados pelo órgão de previdência com os períodos considerados comprovados por esse Tribunal de Contas, conforme certidão apresentada nos autos. Dessa forma, resta demonstrado conforme planilha abaixo o tempo apurado:

Período apurado pelo órgão concedente	Período apurado pelo SICAP WEB	Aferição
13.104 dias, ou seja, 35 anos, 10 meses e 17 dias.	13.112 dias, ou seja, 35 anos, 11 meses e 7 dias.	✓

(✓) Atendeu requisito (η) Não atendeu requisito

9. Após comparados os tempos, é possível afirmar que o servidor possui o tempo mínimo exigido pela legislação, e apesar de haver divergência entre a apuração de tempo efetuada por esta unidade técnica, utilizando o SICAP WEB, e pelo órgão concedente no montante de 10 dias, essa é incapaz de macular o direito do servidor.

3.1.2. Dos demais requisitos.

10. A regra pelo qual o servidor foi aposentado, além do tempo de contribuição, exige 20 anos de efetivo exercício no serviço público, 10 anos na carreira, e 5 anos no cargo em que se aposenta, além da data de ingresso no serviço público até 19 de dezembro de 2003. Conforme demonstrado no relatório anexo (SICAP) o servidor atende os pressupostos.

3.1.3. Dos proventos.

11. A regra pelo qual o servidor foi aposentado, garante proventos integrais e paritários, calculados com base na última remuneração contributiva do cargo em que se deu a aposentadoria.

12. Contudo, foi constatado por esta unidade técnica uma divergência entre o valor dos proventos pagos ao o servidor e a fundamentação descrita no Ato Concessório de Aposentadoria, uma vez que o cálculo dos proventos foi com base na média aritmética das 80% maiores remunerações (pág. 5, ID 1551229) assim como o primeiro benefício pago (pág. 12 – ID 1551229), e não com base nos proventos integrais e paritários, calculados com base na última remuneração contributiva do cargo em que se deu a aposentadoria, como a regra define.

13. Assim, é necessário que o Instituto preste esclarecimentos acerca da aplicação errônea do benefício do servidor.

4. Conclusão.

14. Analisando os documentos que instruem os autos conclui-se que o Servidor **Elias Casimiro do Carmo** faz jus a ser aposentado no cargo Pedreiro, Nível I, Referência I, com carga horária de 40 horas semanais, Matrícula n. 400-1, conforme regras estabelecidas no Decreto nº 5.546, de 10 de abril de 2023 (pág. 19 - ID 1551226), alterado pelo Decreto nº 5.592 de 16 de maio de 2023 (pág. 1 ID 1551230).

15. Contudo em razão da contrariedade da fundamentação do ato concessório e o requerimento de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade (pág. 1 – ID 1551226) e a declaração de opção (pág. 10 ID 1551229) que mostra que o servidor optou expressamente pela concessão da regra do Art. 40, §1, inciso III, alínea “a” e **não** pelo Art. 6º, incisos I, II, III, e IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003 e, mesmo que os proventos estejam sendo calculados de acordo com a regra escolhida pelo servidor, faz- se necessário a retificação do ato.

5. Proposta de encaminhamento.

16. Por todo o exposto, propomos que seja **determinado** ao Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Espigão do Oeste - IPRAM proceder a retificação do Ato Concessório para fazer constar a regra do Art. 40, §1º, inciso III, alínea “a” da C.F, encaminhando a esta Corte de Contas o ato concessório retificado com a regra de aposentadoria a qual optou o interessado, assim como respectiva publicação do ato.

Porto Velho, 06 de junho de 2024.

Miguel Roumié Júnior

Técnico de Controle Externo

Cad. 422

Supervisão,

Michel Leite Nunes Ramalho

Coordenador da Coordenadoria Especializada em Atos de Pessoal

Cad. 406

Em, 6 de Junho de 2024



MIGUEL ROUMIE JUNIOR
Mat. 422
TÉCNICO DE CONTROLE EXTERNO

Em, 7 de Junho de 2024



MICHEL LEITE NUNES RAMALHO
Mat. 406
COORDENADOR DA COORDENADORIA
ESPECIALIZADA DE CONTROLE
EXTERNO 4